

ENTRE A POLÍTICA E OS POLÍTICOS: NOTAS SOBRE OS ESPAÇOS DE CONCERTAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

Rafael José Ramos Silva¹

- Enviado em 16/04/2016
- Aprovado em 24/04/2016

Os territórios rurais são compostos por um “emaranhado de redes articulando múltiplas escalas espaciais” (NIEDERLE, 2014, p. 104), onde a mobilização de recursos é realizada por muitos atores, tendo como consequência os diversos conflitos referidos ao uso e ocupação desses espaços. Para Niederle a compreensão desses conflitos deve ir além do cálculo maniqueísta, entre aqueles que detêm o poder, em detrimento daqueles que não o possuem, sendo essa uma compreensão central para o entendimento das relações estabelecidas no rural brasileiro.

Nesse quadro buscamos compreender em que nível de efetividade as políticas públicas locais conseguem estabelecer uma trama de relações profícuas para o Desenvolvimento rural, superando os vícios e favorecimentos para alguns grupos e classes em detrimento de outras.

Sabemos que a existência de bem intencionados programas de Desenvolvimento rural e a criação de espaços de concertação social, não é suficiente para alavancar na prática o que se pensou na teoria, pois é fora da teoria que se encontra os cenários onde a aplicação e o diálogo tem pouca primazia, principalmente quando nos referimos ao poder público local e suas elites locais, repletas de vícios e mazelas naturalizadas nos pequenos municípios brasileiros.

Faremos aqui um esforço para compreender em que medida o poder público local se faz ouvinte da pluralidade do meio rural e em que medida permite e potencializa ações para o desenvolvimento local.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: rafahc7@hotmail.com

AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DE RURAL NA MODERNIDADE

Os estudos acerca dos espaços rurais passam por uma revalorização, principalmente centradas em duas frentes (1) a compreensão do rural em suas relações estabelecidas com a cidade e (2) sua relação com os processos de globalização. Isso se estende numa “profunda reflexão a respeito do desenvolvimento rural sustentável como projeto de sociedade” e na “reiteração da centralidade do conhecimento sobre os sujeitos rurais, em toda sua diversidade e complexidade” (WANDERLEY, 2011, p. 106). Isso não aponta para o não entendimento das lógicas internas, na verdade, as duas compreensões assinalam para uma participação do agente e como ele se relaciona com esses fatores (cidade e globalização) e que alterações sofre o cotidiano. O rural passa então a ser compreendido não mais como sinônimo de agricultura, mas sim como espaço de vida, de trabalho e de lazer, mesmo que isso compreenda a dimensão da agricultura e os agricultores que são personagens centrais como agentes e como produtores de um tipo específico de trabalho e sociabilidade.

Fazendo certa digressão sobre os processos de mudança social no meio rural, podemos perceber que muitos fatores responsáveis por alterações estiveram ligados a economia monetária² e a urbanização³. Esses fatores provocaram alterações naqueles rurais que por muito tempo foram os principais locais de sociabilidade entre os agentes, principalmente até a primeira metade do século XX, quando eram escassas as cidades brasileiras e o processo de urbanização incipiente⁴.

O avanço da economia monetária e do processo de urbanização - ambos acelerados pelos momentos mais eficazes da globalização⁵ - causaram uma ruptura entre campo e cidade e também uma diferenciação nas características sociais internas dessas localidades. No caso brasileiro esse processo de aumento da heterogeneidade, mesmo que tenha contribuído para o aumento das

² Vale dizer que antes disso as mudanças eram correntes porém não como o mesmo peso que passam a correr desde então.

³ Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz até o final do século XIX as cidades brasileiras eram apenas mais ou menos aburguesadas, ou seja, não havia uma divisão de classes muito clara (1979, P. 170), porém já havia um início de diferenciação ou afastamento mais visível com o meio rural, e quanto maior a projeção da cidade burguesa maior o sentimento do campo como nível social inferior. Essas divisões e rupturas, fazem tomar vulto a “civilização citadina” afastada da “civilização rústica” com agentes que se “consideram superiores aos habitantes do campo”, essa divisão bem definida somada ao processo de industrialização conduz a uma ruptura cultural radical no qual a cidade passa a ser vista como superior ao campo (QUEIROZ, 1979, p. 171).

⁴ Na realidade a questão das cidades no Brasil difere grandemente dos demais países da chamada América espanhola, pois nessas os locais ganham status de cidade logo no início do processo de colonização, enquanto no Brasil essas só começam a ganhar importância a partir do século XVIII com o processo de mineração do ouro.

⁵ Permitindo ao final do século XX a retomada com fôlego desse processo representando o fenômeno chamado por alguns de “fim da geografia”, como conquista das últimas terras para o mercado financeiro capitalista (ALMEIDA, 2004, p. 54; BAUMAN, 2012).

diferenças e mesmo do domínio da cidade sobre o campo, não foi o suficiente para sobrepor a predominância de características em comum entre os agentes que habitam o campo, mantendo-se por muito tempo comunidades menos heterogêneas do ponto de vista psicossocial, enquanto crescia nas cidades a diferenciação social (SOLARI, 1979, p. 07)⁶.

Esses processos vão apresentar maturidade no Brasil sobretudo a partir da década de 1940, quando os nexos econômicos se expandem e se observa a imposição das dinâmicas urbanas ao conjunto do território, somado ao processo de industrialização como formador de um mercado nacional, expansão do consumo e ativador do processo de urbanização (SANTOS, 2009, p. 27)⁷. A chegada de nexos econômicos mais evidentes elevou o nível de precariedade, atingindo com forte impacto uma série de processos sociais já consolidados no meio rural, entre elas, as formas de auxílio mútuo, além disso, muitas áreas que até então poderiam ser consideradas como bairros rurais, acabaram se urbanizando ou se tornando extensões de grandes cidades, em alguns casos perdendo as particularidades que antes se faziam notar em diferença do meio urbano. Entre as diversas mudanças ocorridas, possivelmente a questão laboral seja a que afetou com maior impacto o cotidiano de homens e mulheres no meio rural brasileiro.⁸ É nesse quadro que se altera largamente a vida do agricultor, fazendo com que amplas camadas de agentes rurais se desloquem para cidade em busca de melhores oportunidades de sobrevivência.

Com a nova lógica da agricultura comercial lançando os pequenos agricultores em um cenário novo, cada vez mais inteirado de uma mecanização veloz e excludente, o agricultor passou a ver o

⁶ Vale mais uma vez salientar que essas transformações não ocorrem de forma homogênea em um processo único, as diferentes partes geográficas do espaço brasileiro encontram processos singulares de aburguesamento, industrialização e urbanização. O que vale notar é que as comunidades camponesas passam a ser sentidas na oposição com o urbano, chamando atenção por certas particularidades em seu espaço social (QUEIROZ, 1979, p. 160). Dentro da perspectiva da sociabilidade teríamos uma predominância de contatos mais diretos, com um menor fracionamento da personalidade na interação entre indivíduos (SOLARI, 1979, p. 09), pois mesmo o número de contatos sendo menor, é também mais denso o conhecimento entre os agentes. No aspecto da paisagem, predomina o espaço não construído, a natureza (WANDERLEI, 2009, p. 72), proporcionando um maior número de espaços comuns de uso livre (como campos de futebol, pontos de altitude, rios, cachoeiras), que como utilizações conjuntas, somado a outros aspectos como o auxílio mútuo fortalecem os laços de sociabilidade.

⁷ Segundo Milton Santos (SANTOS, 2009, p. 21) o processo de urbanização no Brasil tem início tímido no século XVIII, um século depois atinge sua maturidade e somente no século XX adquire as características que observamos hoje. Para usar como exemplo o Paraná, a capital e maior cidade Curitiba só vai chegar próximo aos cinquenta mil habitantes em 1900 (SANTOS, 2009, p. 23), e na totalidade da região Sul em 1920 somente duas cidades teriam mais que vinte mil habitantes (VILLELA e SUZIGAN, 1973, p. 94 apud SANTOS, 2009, p. 25). Até então os bairros rurais comportam uma sociabilidade bastante viável em si mesma necessitando de poucos deslocamentos ao meio urbano, ou seja, não há uma imposição da lógica urbana ao meio rural, poderíamos dizer que a autonomia era relativa e havia uma interdependência sem imposição das dinâmicas do urbano para o meiorural.

⁸ Podemos citar as ocupações ligadas aos engenhos no nordeste que cedem lugar as usinas de açúcar e as ligadas a pecuária extensiva nos pampas gaúchos que cedem lugar para os frigoríficos no início do século XX (QUEIROZ, 1978, p. 34).

meio urbano – principalmente o meio urbano próximo – como local de novas, mais numerosas e melhores oportunidades⁹.

Para os camponeses que permaneceram no campo tornou-se comum os cenários de endividamento (no caso dos mais abastados que possuíam terras e buscaram mecanizar suas produções) ou de elevado grau de não adaptação para os que já não produziam o suficiente para a subsistência. Segundo Caio Prado Jr. (1966, p. 152), o progresso da agricultura caracterizado pelo aumento da sua produção deixava pouco tempo livre para o lavrador assalariado em vias de proletarianização continuar com suas culturas particulares de subsistência, com isso, vê se obrigado a comprar gêneros alimentícios a preços elevados, acarretando por fim no agravamento das suas condições de vida¹⁰. Para muitos autores, após esses processos, em alguns locais essa civilização rústica é deglutida, em outras mais isoladas continuam e em outras persistem a partir de formas de resistência, sejam a partir do folclore ou de organizações mais combativas.

Sem incorrer na tentativa-erro de traçar um destino impreterível a essas localidades, o que vemos hoje é que suas características não desapareceram, mesmo vítimas de toda sorte de reformulação nas últimas décadas. Partindo disso não vemos razão de inquirir que as particularidades tais como os espaços em comum e o predomínio do espaço não construído, estejam ausentes no rural moderno, ainda mais considerando a convivência simultânea de gerações e a disparidade no porte de tecnologias decorrentes da retração do espaço acelerado nas últimas décadas. O que vemos é que mesmo com o aumento da área de contato entre rural e urbano, não ocorre o desaparecimento total das diferenças. No rural moderno a economia monetária e a urbanização ainda se constituem em importantes fatores de mudança, mas agora em uma nova fase, onde obedecem circunstâncias e tempos específicos. A questão monetária, por exemplo, tem na melhoria da renda nos últimos 14 anos, a ampliação da classe média no campo (NERI, 2012) formando assim novos consumidores e a urbanização principalmente no que concerne a hipertrofia das cidades, proporciona uma busca pelo campo como produto de consumo e desafogo do caos urbano, o que explica o aumento do turismo e da pressão imobiliária no espaço rural.

⁹ A diferença de oportunidade colocava de um lado dificuldades encontradas no campo, como o acesso a propriedade, em comparação ao processo de industrialização no meio urbano que aumentava o número de empregos e se tornava responsável pelo maior fluxo de indivíduos em sua direção, consequentemente acelerando o processo de urbanização (FURTADO, 1968, p. 09).

¹⁰ Segundo Octavio Ianni, os processos de desenvolvimento das forças produtivas ligadas ao processo de industrialização, as transformações das relações de produção e a transição das revoltas de cunho mágico religioso para movimentos políticos de classe, significam a conversão do lavrador em proletário. Enquanto lavrador o trabalhador rural estava em uma lógica de trabalho com características carregadas de relações face a face com seus superiores, fazendo com que as relações de produção não fossem avaliadas em termos de economia monetária, já com sua proletarianização encontra-se separado dos meios de produção e de seus superiores e as relações de produção passam a ser analisadas com maior clareza como relações mercantilizadas (1979, p. 158-159).

Ambos os fatores (urbanização e economia monetária) se evidenciam numa lógica de consumo, que se torna fator presente com força no meio rural, não apenas pelos atores rurais, mas também por aqueles que buscam e veem o rural como produto de consumo. Segundo Frederico Oliveira Coelho, dentre as várias mudanças comportamentais que ocorreram no século XX, nenhuma teve tanta força quanta a formação de uma sociedade voltada pra o consumo e a informação (2004, p. 325). O consumo e a informação levam a mudanças em várias situações, até mesmo na relação com o corpo, exemplo o público citadino que busca um corpo perfeito e uma saúde como reflexo da indústria da moda e dos programas televisivos, ocasionando um aumento na busca por produtos naturais, orgânicos e tidos como mais saudáveis, isso propicia o aumento das produções orgânicas, dos spas naturais, das comidas do campo, dos cafés rurais, quadro que quando visto de forma ampla traz certas positivities como a melhoria do meio ambiente, o aumento da renda para empresários que vendem ou servem como intermediários desse tipo de produto. Por outro lado, esse quadro pode estar descolado de um consumo que se preocupa de fato com as populações locais e com a proteção ambiental, sendo assim uma tendência se duradoura, bastante inócua para o desenvolvimento local.

Na dinâmica interna das localidades essas modificações, por atraírem novos atores provocam um aumento na batalha pelo monopólio da produção do senso comum, é nesse sentido que interesses distintos passam a conflitar acerca do uso do espaço. A própria construção do passado passa a ser um fator importante na definição das políticas locais, pois se vincula a uma atuação do ator ou dos atores na disputa pela produção do senso comum¹¹.

Com o decorrer do tempo os espaços rurais foram se heterogeneizando, a indústria, o turismo, a segunda residência, a chegada de neorurais, ocasionou o aumento de perspectivas diferentes, elevando os conflitos na definição das políticas públicas que interferem no cotidiano rural. Se anteriormente os poderes hegemônicos dos pequenos municípios prestavam contas a eles mesmos, enquanto elites locais que dialogavam em tempos de processos eleitorais com aqueles que no resto do tempo não eram ouvidos, agora se encontraram em espaços conflitantes. A heterogeneidade do rural moderno pressionou as elites locais a dialogarem com outras elites dependentes e direcionadoras de suas políticas.

¹¹ Para Bourdieu essa “atuação” nem sempre seria resultado do cálculo consciente, mas produto da introjeção de valores objetivos no indivíduo que possibilitam um repertório de ações possíveis de serem realizados em um espaço social, o que Bourdieu chamou de *habitus* como sentido de jogo, uma rede de “esquemas práticos de percepção” (BOURDIEU, 2008, p. 143). Na concepção *bourdieusiana* o *habitus* estrutura “tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (BOURDIEU, 2008, p. 144). Nisso reside o que chamou de *illusio* (libido ou investimento), produto da “relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 2008, p. 139). A *illusio* enquanto condição e “produto do funcionamento do campo” seria o investimento na luta por determinados espaços.

RURAL MODERNO E DESENVOLVIMENTO

A palavra desenvolvimento pode ser interpretada a partir do contexto na qual está inserido, sendo um deles representado pela modernização conservadora da agricultura, que tanto prejuízo trouxe as populações rurais em detrimentos de poucos, agravando a concentração fundiária e reproduzindo as formas de dominação no campo, e outra que se centra nas “particularidades dos espaços rurais – a qualidade de vida da sua população, o reconhecimento e a valorização de outras formas de produção e de trabalho, os processos de interação campo-cidade e a cidadania dos habitantes do campo em sua diversidade” (WANDERLEY, 2014, p. 79).

No ambiente democrático dos últimos anos, as novas concepções de desenvolvimento, agora seguidas de duas especificidades, rural e sustentável, vieram a abarcar o que antes havia sido ignorado e se contrapor ao modelo que tanto tem cooperado para a manutenção das elites agrárias em detrimentos dos trabalhadores rurais. Essa mudança não veio por uma superação ou fim do modelo anterior que continua existindo e sendo fortalecido pelo poder do Estado, mas sim pela adoção de novas interpretações em simultâneo. Interessante notar que há políticas para ambos os modelos, representado em dois ministérios, o da Agricultura que continua centrado em políticas para velho modelo e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais articulado a projetos que se contrapõem as formas convencionais da grande propriedade.

A partir das iniciativas na década de 1990 tomadas pelos movimentos sociais, universidades e setores do poder público, ganhou força uma abordagem territorial de desenvolvimento (WANDERLEY, 2014, p. 84), na proposta de integrar recursos e atores se contrapondo aos enfoques corporativistas que separam o “urbano do rural e o agrícola do industrial (a universidade do ensino básico, a pesquisa da extensão, etc.)” (SABOURIN, 2002, p. 23).

No centro das novas políticas com abordagem territorial, bem representadas pelo Programa de desenvolvimento dos territórios rurais (PRONAT), estava a concepção de que os “atores locais podem se tornar protagonistas de seu próprio desenvolvimento” (WANDERLEY, 2014, p. 92). Nesse cenário surgiram espaços que visavam potencializar as ações desses protagonistas.

ESPAÇOS DE CONCERTAÇÃO SOCIAL

A criação de políticas como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), mostra que os últimos

anos foram profícuos na criação de espaços de concertação social, privilegiando dar voz a grupos marginalizados, entretanto, grande parte dos municípios não estão integrados a essas propostas, sendo ainda os Conselhos Municipais, os grandes responsáveis por dar voz aos agentes não alinhados as políticas partidarizadas.

Niederle mostra como na década de 1990 os conselhos municipais voltados ao rural visavam superar o limitado espaço para discussão das possíveis políticas locais, que até então eram restritas aos períodos eleitorais, onde as alianças eram forjadas para os quatro anos, período em que as estratégias pré-estabelecidas eram pouco flexíveis as demandas da sociedade civil. A criação dos conselhos visava estender “o tempo da política”, levando as “disputas para arenas até então inexistentes” (2014, p. 108-109).

Com o passar do tempo, os conselhos sofreram no mínimo dois processos que o afastavam das primícias de criação, a primeira delas foi decorrente de um processo a priori, a força do antigo modelo naturalizado nas políticas de favorecimento aos componentes do grupo eleito evitavam um modelo realmente inovador que favorecesse uma ruptura e abertura as minorias que até então estavam a mercê, isso fez com que os conselhos fossem sendo instrumentalizados pelo poder público, tornando-se uma extensão desse (NIEDERLE, 2014, p. 110), servindo para legitimar os mandos de elites políticas locais sob uma roupagem mais democrática, enquanto na prática poucas mudanças poderiam ser observadas. Os prefeitos que se mostraram contrários a essa instrumentalização e recusaram fazer uma política direcionada a determinados grupos e segmentos perderam cabos eleitorais e respectivamente as eleições. A ruptura com o modelo de gabinete, onde o prefeito conversa com seus correligionários para resolver problemas pontuais, parte deles pré-estabelecidos no “tempo da política”, causou estranheza e foram interpretadas como atuações ineficientes das prefeituras. Na resolução desses problemas a política pela qual a criação dos conselhos era contraponto, foi reatada.

Outro processo que impediu a eficiência dos Conselhos Municipais (CM) ligados ao meio rural ocorreu a posteriori. A chegada de novos habitantes no campo, parte deles com ampla soma de capitais trouxe ao palco atores que já tinham voz em seus locais de origem, cooperando para que as comunidades fossem colocadas em segundo plano. Esse direcionamento ocorreu pela implantação de indústrias no meio rural, pela chegada de novos moradores, turistas, neorurais, chacareiros, entre outros. As prefeituras e seus representantes legais, sempre devedores de satisfação aos seus grupos políticos passaram a submeter-se também as indústrias que cobravam seu quinhão na definição das políticas públicas, se antes a cobrança ocorria no gabinete, ela passou a ocorrer nas reuniões dos CM. O aumento da segunda residência e do número de aparelhos de lazer trouxe grupos de

moradores urbanos que estavam preocupados que suas chácaras estivessem na pauta de prioridade das políticas municipais, se por um lado isso beneficiava o conjunto rural, por outro trazia a primeiro plano aquilo que nem sempre era a prioridade para a comunidade, além de lançar a possibilidade em ouvir a voz da heterogeneidade novamente para marginalidade. Podemos concluir que o surgimento de novas demandas alterou significativamente a definição e direcionamento das políticas locais, mesmo que esse aumento da pluralidade de interesses não signifique que antes disso o rural era um espaço homogêneo e sem dinamismo, mas era menos complexo na sobreposição de tempos e perspectivas¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar a ocorrência de uma falta de capacidade das políticas públicas locais induzirem mudanças no meio rural, segundo Souza e Brandenburg, os processos de transformação são respostas mais a “mudanças ocorridas no ambiente externo (mudanças na conjuntura social e econômica) do que mudanças induzidas ou estimuladas pela ação de políticas públicas” (2012, p. 280).

Os poderes municipais, assim como, o Estado de forma ampla tanto fundamenta a reprodução da classe dominante quanto - devido a ausência de políticas públicas – é responsável pela carência dos mais pobres (OLIVEIRA, 2007, p. 150). As redes políticas carregadas de nepotismos e desfalques ao poder público apresentam uma transversalidade que vai desde as esferas governamentais mais elevadas aos pequenos municípios no interior do Brasil. Nas disputas pela definição de políticas públicas ainda se observa o traço familiar, que alude a dominações que se estendem no tempo e no espaço, ora por elites locais, ora por elites urbanas sobrepondo os poderes locais ou em aliança com esses interrompendo movimentos que oxigenam a política local.

A inatividade ou inexistência de aparatos que possibilitem a exposição dos diferentes pontos de vista, dificulta um desfecho conciliatório. Mesmo com a criação de espaços que privilegiam vozes antes não ouvidas, assim como, a exposição das barreiras para o desenvolvimento territorial, muitos atores fazem questão de não participar, já que indivíduos e grupos com maior soma de

¹² A concomitância de diferentes configurações do rural no espaço brasileiro, não é uma formulação nova, já com Maria Isaura de Queiroz, isso ficava bastante claro. Para essa autora seria possível uma tripla sucessão na estrutura e organização social global, a primeira delas seria a tribal, onde inexistente a cidade, a segunda a agrária, na qual o campo domina a cidade, e a terceira a urbana, onde a última teria maior autonomia em relação ao campo e também dominaria este. Deixando de lado uma adesão ou não da forma com que se procurou nomear essas sucessões, achamos importante o que a autora coloca nesse contexto “esses três tipos de sociedades podem ser concomitantes no tempo e no espaço numa sociedade como a brasileira” (QUEIROZ, 1979, p. 162).

capitais conseguem acessar outras formas de captação de recursos. Isso acaba fazendo com que os conselhos tornem-se um espaço para os desfavorecidos que são meramente ouvidos por aqueles que eventualmente podem levar alguma questão adiante.

Para um desenvolvimento rural sustentável - devido a alta carga de dependência da sociedade civil para com o poder público - as políticas devem partir de um Estado com políticas emancipatórias que produzam nos territórios a capacidade de autogestão, fazendo com que aos poucos a participação do Estado se reduza perante a autonomia da organização do coletivo social. O baixo capital cultural e a falta de politização são empecilhos para isso. Pois se cogita uma política calcada na reciprocidade e no coletivo, enquanto ainda temos uma sociedade fortemente - e cada vez mais - vinculado ao individualismo, típico das sociedades capitalistas. Mesmo que parte das práticas de reciprocidade dos ambientes rurais ainda possam ser resgatadas, também ocorre atores fortemente influenciados pelo mercado, normalmente atores com maior soma de capitais, capazes de se colocarem como obstáculos a qualquer tipo de visão mais orgânica e coletiva do desenvolvimento no campo. O mesmo problema de concentração financeira, encontrado nos grandes centros, acontece – guardada as devidas proporções - no meio rural. Uma questão importante é fazer com que os atores coletivos nos municípios passem a ter uma pauta propositiva e não meramente reivindicatória.

Outro ponto que deve ser revisto é a crença num passado comum, busca-se as solidariedades já existentes e aspectos históricos e geográficos comuns, entretanto o meio rural é, e tem se tornado cada vez mais um espaço diversificado a tal ponto que os passados formam uma amalgama difícil de encontrar-se em eixos comuns. Talvez aí resida os principais obstáculos para um desenvolvimento rural sustentável, que faça jus ao título. Ocorre uma dificuldade na articulação de atores, devido aos conflitos de interesses. O que ocorre também de forma mais ampla entre os municípios vizinhos que vêm uns aos outros como obstáculos ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Dinâmicas da economia no século XX. In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro, RJ: Campus/Elsevier, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. 7. ed. Campinas: Papiurus, 2008.

COELHO, Frederico Oliveira. Revolução comportamental no século XX. In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro, RJ: Campus/Elsevier, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nacional, 1968.

IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed., São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, 1979 (Ciências Sociais, 46), p. 160–176.

NIEDERLE, Paulo André. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Org.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife (PE): Editora UFPE, 2014, p. 103 – 134.

NERI, Marcelo Côrtes; MELO, Luisa Carvalhaes Coutinho de; MONTE, Samanta dos Reis Sacramento. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1966.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed., São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, 1979 (Ciências Sociais, 46), p. 160–176.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo, SP: LTC/Edusp, 1978.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial? Conceitos, estratégias, atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: Embrapa, CIRAD, UFPB, 2002a, p. 21 – 37.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: EDUSP, 2009.

SOLARI, Aldo. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1979.

SOUZA, Osmar Tomaz de; BRANDENBURG, Alfio. Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P.; **Do rural Invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba (PR): Editora UFPR, 2012, p. 255 – 314.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Org.). **Participação,**



Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife (PE): Editora UFPE, 2014, p. 79 – 102.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Um saber necessário:** os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos sociais agrícolas**, 2009/17, n. 1, p. 60–85, 2009.